

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

- 1.1. Código: CNM 5231
- 1.2. Nome: **Ecodesenvolvimento e economia ambiental**
- 1.3. Nº de Horas/Aula: 04 semanais
- 1.4. Carga Horária: 60 horas/aula
- 1.5. Docente: Prof. Dr. Agripa Faria Alexandre

Ementa: Aprofundar conhecimento acerca do conceito e princípios do novo paradigma do desenvolvimento sustentável, analisar as mais significativas e conflitantes correntes do pensamento econômico ambientalista e conhecer técnicas de avaliação sócio-econômica e ambiental.

2. PRÉ-REQUISITOS Inexistentes

3. IDENTIFICAÇÃO DA OFERTA: Curso de Graduação em Ciências Econômicas e Relações Internacionais

4. OBJETIVO DA DISCIPLINA

Oferecer subsídios teóricos e metodológicos para se pensar criticamente as estratégias de ecodesenvolvimento, seus desafios e experiências exitosas no Brasil e no mundo. Estudar a etiologia da problemática ambiental, seu histórico e lógica estruturante dentro do sistema capitalista. Estudar as principais características do movimento ambientalista mundial, principalmente enquanto um movimento de desobediência civil. Estudar a economia ambiental enquanto uma modalidade de economia solidária, de gestão compartilhada de recursos naturais renováveis e de outras modalidades distintas da economia capitalista.

5. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL

A etiologia da crise ambiental. O que é o movimento ambientalista? Ambientalismo e socialismo democrático. O movimento antiecológico: o caso do Brasil e dos EUA. Movimentos de resistência ambiental e de justiça ambiental. Elementos teóricos para se pensar a ecologia política enquanto política linguística. Ecologia política para os teóricos de Frankfurt. Sociedade de risco: conceitos-chaves. A visão sociológica da questão ambiental. Ecologia política como planejamento de política pública: os referenciais teóricos, metodológicos e das experiências de ecodesenvolvimento.

6. METODOLOGIA E AVALIAÇÃO

As aulas obedecem a um plano de leituras prévias obrigatórias selecionadas pelo professor. Exigência de participação em todos os seminários, debates em sala, inclusive sobre outros recursos selecionados, como filmes, entrevistas, documentários, palestras de professores convidados, etc. Para cada aula, os(as) estudantes(as) devem trazer perguntas e um pequeno resumo para orientar as discussões. A leitura desses resumos é obrigatória e ajudará a compor a nota do(a) aluno(a) estudante em termos de participação, pelo espírito crítico de discussão e de problematização do assunto. Duas avaliações em grupo (com nota individual por participação efetiva) e duas escritas (sobre a qual se exige clareza, objetividade e capacidade de análise crítica da parte do(a) aluno(a)), além de mais uma avaliação pessoal de desempenho ao longo do semestre, por participação nos seminários e nas aulas. Todas as avaliações são de igual peso e individuais.

7. BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL E OBRIGATÓRIA

MINC, C. Desafios da ecopolítica no Brasil. In: PÁDUA, J.A. (Org.). Ecologia e política no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Espaço e Tempo e IUPERJ, 1987.

LEIS, H. A emergência e evolução do ambientalismo no Brasil. In: O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização. São Paulo-Blumenau: Ed. Gaia/FURB, 1996. Capítulo IV.

RÜCKERT, F. Q. O ambientalismo em três escalas de análise. In: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/6136-publicacoes-fabiano-quadros-ruckert-1>

ACCIOLY, I. & SANCHEZ, C. « Antiecológismo no Congresso Nacional: o meio ambiente representado na Câmara dos Deputados e do Senado Federal ». In: Desenvolvimento e Meio Ambiente, vol. 25, Dossiê Estado, Sociedade e Meio Ambiente, 2012.

ACSELRAD, H., MELLO, C.C.A. & BEZERRA, G.N. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BELL, D. A cultura política da sustentabilidade. In: KRISCHKE, P. (Org.). Ecologia, juventude e cultura política. Florianópolis: Ed. UFSC, 2000. Capítulo 1.

MARCURSE, H. A noção de progresso à luz da psicanálise. In: Cultura e psicanálise. São Paulo: Coleção Leitura, Paz&Terra, 2001.

ALEXANDRE, A. F. A dinâmica da sociedade de risco segundo Antony Giddens e Ulrich Beck. In: Geosul. Florianópolis, vol. 5, no. 30, dez. 2000.

BUTTEL, F. A sociologia e o meio ambiente: um caminho tortuoso rumo à ecologia humana. In: Perspectivas Revista de Ciências Humanas. Universidade Estadual Paulista. São Paulo, Vol. 15, pp. 69-85, 1992.

RUSCHEINSKY, A. Sustentabilidade: concepções, práticas e utopia. In: GUERRA, A. F. S. e FIGUEIREDO, M. L. (Orgs.). Sustentabilidade em diálogos. Itajaí: Ed. UNIVALI, 2010.

LOUREIRO, I. Herbert Marcuse: anticapitalismo e emancipação. In: Revista Trans/Form/Ação, São Paulo, 28, 7-20, 2005.

SACHS, I. Do crescimento econômico ao ecodesenvolvimento. In: VIEIRA, P. , RIBEIRO, M.A. FRANCO, R. M. & CORDEIRO, R.C. (Orgs.) Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: A contribuição de Ignacy Sachs. Florianópolis: APED, 1998.

SACHS, I. Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir. São Paulo: Letras contemporâneas, 1995.

PEREIRA, Elenita Malta. Sensibilidade ecológica e ambientalismo: uma reflexão sobre as relações humanos-natureza. Sociologias, Porto Alegre, ano 20, n. 49, p. 338-366, set-dez 2018.

8. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

A ser definido em aula.

Junho

Terças-feiras: 15, 22, 29

15	22	29
Seminário	Seminário	Seminário
Equipe	Equipe	Equipe

Quintas-feiras: 17, 24.
Atividades: a definir

--

Julho

Terças-feiras: 06, 13, 20, 27

06	13	20	27
Seminário	Seminário	Seminário	Seminário
Equipe	Equipe	Equipe	Equipe

Quintas-feiras: 01, 08, 15, 22, 29
Atividades a definir:

--

Agosto

Terças-feiras: 03,10,17,24, 31

03	10	17	24	31
Seminário	Seminário	Seminário	Seminário	Seminário
Equipe	Equipe	Equipe	Equipe	Equipe

Quintas-feiras: 05,12, 19, 26
Atividades a definir:

--

Setembro

Terças-feiras: 14, 21, 28

14	21	28
Seminário	Seminário	Seminário
Equipe	Equipe	Equipe

Quintas-feiras: 02, 09, 16, 23, 30.

Atividades a definir:

--

9. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALEXANDRE, A . F. A perda da radicalidade do movimento ambientalista brasileiro. Florianópolis/Blumenau: Ed. FURB /Ed. UFSC, 2000.

_____. Ambientalismo político, seletivo e diferencial no Brasil. Tese de doutoramento. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, 2003. www.cfh.ufsc.br/~dich

_____. As várias correntes políticas da ecologia no Brasil. In: Juventude, cidadania e meio ambiente: subsídios para a elaboração de políticas públicas. Publicação do Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 2006.

_____. A . F. Os ecologistas sabem fazer política ? In: Ambiente & Sociedade, No 8. Campinas: Ed. Unicamp, 2002.

_____. Etnoconservação como política de meio ambiente no Brasil. In: Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável, no 3. Porto Alegre: EMATER/RS, 2002.

AMARAL, E. A . R. (2003). Parques e comunidades tradicionais são compatíveis? Estudo de caso no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. (Mimeo).

ANDRADE, T. (1999). Cultura do espetáculo e a estetização do ambiente. In: Ambiente&Sociedade, n. 3&4, 1º semestre de 1999. Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais, UNICAMP. Pp-109-126

BARBOSA, R. N. C. A economia solidária como política pública. São Paulo, Cortez, 2007.

BENJAMIN, C. Diálogo sobre ecologia, ciência e política. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1993.

BRÜGGER, P. Educação ou adestramento ambiental? Florianópolis, Letras Contemporâneas, 1994.

BERKES, F. (1996) Sistemas sociais, sistemas ecológicos e direitos de apropriação de recursos naturais. In: S. Hanna, C. Folke e K-G. Maler (eds.). Rights to nature, Ecological, economic, cultural and political principles of institutions for the environment. Washington, DC: Island Press, pp. 87-107.

DIEGUES, Antonio C. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: VIEIRA, P. F. & GUERRA, M. (Org.). Biodiversidade, biotecnologia e ecodesenvolvimento. Florianópolis: UFSC, 1994.

_____ O nosso lugar virou parque. NUPAUB/USP, São Paulo, 1994.

_____ O mito moderno da natureza intocada: populações tradicionais em unidades de conservação. São Paulo: NUPAUB/ USP, 1996.

_____ (Org.). Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____ (Org.) A imagem das águas. São Paulo: Hucitec, 2000.

FILHO, E. A. de SOUZA, & DURANDEGUI (2002). Representações sociais sobre o meio ambiente entre ecologistas ligados a ONG'S no Brasil. In: Revista de Ciências Humanas, no. 32, out. de 2002. Florianópolis: Ed.UFSC. Pp.265-292.

FUKS, M. Arenas de ação e debate públicos: os conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro (1985-1992). Tese de Doutorado IUPERJ, 1997.

_____ Do discurso ao recurso: uma análise da proteção judicial ao meio ambiente do Rio de Janeiro. ANPOCS, Caxambu, 1994.

GABEIRA, F. A idéia de um Partido Verde no Brasil. In: Ecologia e Política no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987.

PÁDUA, José Augusto (org.) Ecologia e Política no Brasil. IUPERJ, Rio de Janeiro, 1987.

SACHS, W. Dicionário do desenvolvimento. Guia do conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 1990.

SCHMIDT, W. et al. (2002). Associativismo e Cooperativismo: o terceiro setor no desenvolvimento rural catarinense. In: VIEIRA, P. F. A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento. Florianópolis: APED. Pp. 59-110.